

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 13 n. 73

julho/agosto 2026

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Fernanda Tartuce

Flávio Tartuce

Conselho Científico

Giselda Novaes Hironaka

Pablo Stolze Gagliano

Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – André Luiz Arnt Ramos
Carlos Eduardo Elias de Oliveira – Cláudia Mara Viegas – Débora Vanessa Caús Brandão
Jones Figueirêdo Alves – José Fernando Simão – Luciana Faísca – Luciana Pedroso Xavier
Luís Felipe Salomão – Maria Helena Braccero Daneluzzi – Maria Helena Diniz
Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Ricardo Calderón – Rodrigo Mazzei – Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Maria de Andrade Nery – Rui Portanova – Silvio de Salvo Venosa

Colaboradores deste Volume

Adriana Martins Silva – Ana Cristina Freire de Lima
Ana Paula Gottardi Barbosa Maia dos Santos – Caio Normande Colombo
Danilo Porfírio de Castro Vieira – Fernanda Tartuce – Léia Comar Riva
Luciana Martins Loureiro – Luisa Comar Riva – Márcia Walquiria Batista dos Santos
Maria Helena Marques Braccero Daneluzzi – Mariana Ferreira da Cruz Pires
Mário Luiz Delgado – Mauricio Lima de Melo e Motta – Renato Mello Leal

© Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

n. 1 (jul./ago. 2014)-.- Porto Alegre: Magister, 2014-
Bimestral. Coordenação: Fernanda Tartuce e Flávio Tartuce.

n. 73 (jul./ago. 2026)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)
CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Fernanda Napolitano

EDITORA MAGISTER

Diretor: Fábio Paixão

Editora Magister

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

Apresentação

A *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, referência em nosso País, chega ao número 73, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Abrimos a edição com o artigo da coordenadora da revista, Professora Doutora Fernanda Tartuce, que trata sobre as *Demandas familiares, citação eletrônica e limites do WhatsApp*. O estudo analisa os limites jurídicos da citação por aplicativos de mensagens em litígios familiares, examinando a compatibilidade do uso do WhatsApp com o regime normativo vigente e com as garantias do contraditório, da ampla defesa e do acesso à justiça.

Na sequência, a edição contempla a pesquisa intitulada *Sobre o dever de prestar alimentos: pontos polêmicos*, de autoria de Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Mariana Ferreira da Cruz Pires. As autoras analisam o direito aos alimentos estudando a natureza jurídica e características da prestação alimentar, os critérios de fixação dos alimentos aos filhos menores e maiores e a (im)possibilidade de fixação de alimentos em benefício de ex-cônjuge ou companheiro.

Adriana Martins Silva participa da edição apresentando o artigo *Os limites constitucionais da autonomia privada no planejamento sucessório e a utilização de cláusulas restritivas destinadas à preservação da empresa familiar*. Entre outras coisas, a autora examina a validade das cláusulas restritivas previstas em contratos sociais, acordos de sócios e instrumentos de organização patrimonial, à luz da Constituição Federal e dos princípios estruturantes do Direito Civil contemporâneo.

Logo após, temos o estudo intitulado *A extrajudicialização do reconhecimento da filiação no Projeto de Lei nº 4/2025: avanços, riscos e a proteção de vulneráveis*, escrito por Márcia Walquiria Batista dos Santos, Caio Normande Colombo e Mauricio Lima de Melo e Motta. Os autores objetivam analisar criticamente o tratamento conferido pelo Projeto de Lei nº 4/2025 à extrajudicialização do reconhecimento da filiação, com foco em dois dispositivos centrais: o art. 1.609-A, que desloca para o Registro Civil a provocação do reconhecimento de paternidade, e o art. 1.617-C, que restringe à via judicial o reconhecimento da filiação socioafetiva de crianças, adolescentes e incapazes.

Ana Paula Gottardi Barbosa Maia dos Santos e Mário Luiz Delgado marcam presença com a pesquisa *Acordo de sócios e seus limites no direito sucessório*, na qual analisam o acordo de sócios como instrumento estrutural do planejamento sucessório empresarial, com especial enfoque nas sociedades limitadas, predominantes no cenário das empresas familiares brasileiras. Investigam a tensão entre a autonomia privada societária e as normas cogentes do Direito das Sucessões.

A Socioafetividade e o paradigma contemporâneo de parentesco é o artigo apresentado por Danilo Porfírio de Castro Vieira. A evolução do conceito de filiação no Direito brasileiro, destacando a transição do modelo biológico e matrimonial para a valorização da socioafetividade após a Constituição de 1988, é analisada. Dentre outros aspectos, o autor também examina a filiação socioafetiva como construção doutrinária e jurisprudencial, baseada na posse do estado de filho e na manifestação de vontade nas relações familiares, bem como sua distinção em relação à adoção e sua conexão com a multiparentalidade.

Dando continuidade à edição, Léia Comar Riva e Luisa Comar Riva trazem o estudo *A Lei nº 15.392/2026 e a proteção jurídica própria aos animais*. O texto busca examinar os aspectos tratados pela Lei nº 15.392/2026 e discutir, com fundamento na mesma lei, se os principais direitos atualmente atribuídos a seus proprietários nas disputas judiciais são capazes de salvaguardar o melhor interesse dos animais e dos seus tutores e da sociedade em geral.

Na sequência, temos o artigo intitulado *A mora emocional na mediação familiar: reflexões a partir de um caso concreto*, escrito por Ana Cristina Freire de Lima e Luciana Martins Loureiro. As autoras propõem o conceito de mora emocional, compreendida como o atraso ou a resistência na elaboração psíquica da ruptura, capaz de prolongar conflitos, comprometer a comunicação e dificultar soluções consensuais. Partem da premissa de que muitos conflitos submetidos à mediação familiar decorrem menos da ausência de soluções jurídicas do que da persistência de questões emocionais não elaboradas, que se projetam sobre demandas aparentemente patrimoniais.

Chegamos ao fim desta edição com o texto de Renato Mello Leal. O autor investiga a reconfiguração do exercício do poder familiar diante da revolução tecnológica e da consolidação do ambiente digital como espaço central da convivência entre pais e filhos. O objetivo consiste em demonstrar que o ambiente virtual não cria um novo instituto, mas atualiza e adensa o conteúdo do poder familiar, redimensionando o múnus parental a partir de duas manifestações complementares: a viabilização da convivência à distância, por meio da presença virtual, e o dever de cuidado, orientação e vigilância na experiência digital dos filhos. A pesquisa está assim intitulada *O poder familiar na era digital: os deveres parentais no ambiente virtual à luz do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025)*.

Uma ótima leitura a todos! É o que sempre desejo!

Flávio Tartuce

Coordenador da Revista

Sumário

Doutrina

1. Demandas Familiares, Citação Eletrônica e Limites do WhatsApp <i>Fernanda Tartuce</i>	7
2. Sobre o Dever de Prestar Alimentos: Pontos Polêmicos <i>Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Mariana Ferreira da Cruz Pires</i>	21
3. Os Limites Constitucionais da Autonomia Privada no Planejamento Sucessório e a Utilização de Cláusulas Restritivas Destinadas à Preservação da Empresa Familiar <i>Adriana Martins Silva</i>	49
4. A Extrajudicialização do Reconhecimento da Filiação no Projeto de Lei nº 4/2025: Avanços, Riscos e a Proteção de Vulneráveis <i>Márcia Walquiria Batista dos Santos, Caio Normande Colombo e Maurício Lima de Melo e Motta</i>	71
5. Acordo de Sócios e seus Limites no Direito Sucessório <i>Ana Paula Gottardi Barbosa Maia dos Santos e Mário Luiz Delgado</i>	89
6. Socioafetividade e o Paradigma Contemporâneo de Parentesco <i>Danilo Porfírio de Castro Vieira</i>	107
7. A Lei nº 15.392/2026 e a Proteção Jurídica Própria aos Animais <i>Léia Comar Riva e Luisa Comar Riva</i>	133
8. A Mora Emocional na Mediação Familiar: Reflexões a Partir de um Caso Concreto <i>Ana Cristina Freire de Lima e Luciana Martins Loureiro</i>	147
9. O Poder Familiar na Era Digital: os Deveres Parentais no Ambiente Virtual à Luz do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025) <i>Renato Mello Leal</i>	176
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189